



## **LEI Nº 3.494 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.**

**Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei Federal 12.305, de 2 de agosto de 2010, incluindo o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Dourados-MS, faz saber que os Vereadores aprovaram e ele sanciona a seguinte Lei.

### **TÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO**

Art. 1º.

Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º.

Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis Federais nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, 9.966, de 28 de abril de 2000, na Lei Estadual nº 2080, de 18 de janeiro de 2000, na LOM e nas leis



complementares municipais nº 055, de 19 de dezembro de 2002, 72, de 30 de dezembro de 2003, 071, de 29 de dezembro de 2003, 122, de 21 de janeiro de 2008, as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) registradas no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).

## CAPÍTULO II

### DEFINIÇÕES

Art. 3º.

Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- II. agregado reciclado: material granular proveniente do beneficiamento de resíduos da construção civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como classe A, que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infra-estrutura conforme especificações da norma ABNT NBR 15116/2004.
- III. área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;
- IV. área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;
- V. área de reciclagem de resíduos da construção civil: estabelecimento destinado ao recebimento e transformação de resíduos da construção civil designados como classe A, já triados, para produção de agregados reciclados conforme especificações da norma ABNT NBR 15114/2004.



- VI. área de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e resíduos volumosos (ATT): estabelecimento destinado ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos volumosos gerados e coletados por agentes públicos ou privados, cuja área, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usada para triagem dos resíduos recebidos e posterior remoção para adequada disposição final, conforme especificações da norma ABNT NBR 15112/2004.
- VII. aterro de resíduos da construção civil: estabelecimento onde são empregadas técnicas de disposição final de resíduos da construção civil, designados com classe A, visando a reserva dos resíduos de forma segregada que possibilite seu uso futuro ou ainda, a disposição destes resíduos, com vistas à futura utilização da área, empregando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, conforme especificações da norma ABNT NBR 15113/2004.
- VIII. aterro de resíduos sólidos domiciliares urbanos: estabelecimento onde são empregadas técnicas de disposição final de resíduos sólidos domiciliares urbanos, empregando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, conforme especificações da norma ABNT NBR 13896/1997.
- IX. aterro de resíduos industriais perigosos Classe I: estabelecimento onde são empregadas técnicas de disposição final de resíduos industriais perigosos, empregando princípios de engenharia para confiná-los, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, conforme especificações da norma ABNT NBR 10157/1987.
- X. bacia de captação de resíduos: parcela da área urbana municipal que ofereça condições para o recebimento e disposição temporária dos resíduos de construção e/ou resíduos volumosos nela gerados, em um único ponto de captação – ponto de entrega para pequenos volumes – e que podem ser disponibilizadas às instituições voltadas à



coleta seletiva de resíduos secos domiciliares recicláveis.

- XI. ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;
- XII. coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;
- XIII. controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;
- XIV. controle de transporte de resíduos (CTR): documento emitido pelo transportador de resíduos da construção civil que fornece informações sobre o gerador, a quantidade e a descrição dos resíduos e seu destino, nos termos do Anexo A (normativo) da ABNT NBR 15113/2004;
- XV. destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- XVI. disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- XVII. disque coleta para pequenos volumes: sistema de informação operado a partir do poder público e/ou de empresa privada, colocado a disposição dos munícipes visando atender à solicitação de coleta



de pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos;

- XVIII. equipamentos de coleta de resíduos da construção civil e resíduos volumosos: dispositivos utilizados para coleta e transporte de resíduos tais como: caçambas metálicas estacionárias, caçambas basculantes instaladas em veículos automotores, carrocerias para carga seca e outros, incluídos os equipamentos utilizados no transporte de solos oriundos de serviços de terraplenagem;
- XIX. geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;
- XX. geradores de resíduos da construção civil: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por obra de construção civil ou empreendimento com movimento de terra;
- XXI. geradores de resíduos volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados resíduos volumosos;
- XXII. gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de acondicionamento, segregação, coleta, transporte, transbordo ou armazenamento temporário, reciclagem, tratamento, destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com planos e/ou projetos de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;
- XXIII. gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;
- XXIV. grandes geradores de resíduos da construção civil: aqueles empreendimentos listados abaixo e



possuidores de qualquer uma das características descritas, isoladamente ou combinadas:

- a) destinados a usos não residenciais nos quais a área edificada seja igual ou superior a 4.000 m<sup>2</sup> ;
  - b) destinados a uso residencial que tenham mais de 100 unidades;
  - c) destinados a uso misto em que o somatório da razão entre o numero de unidades residenciais por 100 e da razão entre a área da parte da edificação destinada ao uso não residencial por 4.000 m<sup>2</sup> seja igual ou superior a 1(um);
  - d) os parcelamentos de solo vinculados, exceto os propostos para terrenos situados em zonas de uso e ocupação de especial interesse social, com área parcelada inferior a 10.000 m<sup>2</sup> ;
  - e) aterros sanitários de qualquer tipo, usinas de reciclagem de resíduos sólidos, autódromos, hipódromos, estádios esportivos, cemitérios, matadouros e abatedouros, presídios, quartéis, terminais rodoviários e aeroviários, vias de tráfego de veículos com duas ou mais faixas de rolamento, ferrovias subterrâneas ou de superfície, terminais de minério, terminais de produtos químicos ou petrolíferos, oleodutos, gasodutos, troncos coletores e emissários de esgoto sanitários, linhas de transmissão de energia elétrica com tensão aplicada acima de 230 Kv, usinas de geração de eletricidade com potencia acima de 10 mw, barragens hidráulicas, distritos e zonas industriais;
- XXV. grandes volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos: aqueles com volumes superiores a 3 (três) m<sup>3</sup> (metros cúbicos);
- XXVI. infração administrativa ambiental: toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, nos termos do Art. 70 da Lei Federal 9605/98;
- XXVII. logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a



viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

- XXVIII. padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;
- XXIX. pequenos geradores de resíduos da construção civil: aqueles empreendimentos não incluídos no inciso XXV;
- XXX. pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos: aqueles com volumes até 3 (três) m<sup>3</sup> (metros cúbicos);
- XXXI. ponto de entrega para pequenos volumes: equipamento público e/ou privado, instalado em área pública ou privada, destinado ao recebimento de pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos gerados e entregues, diretamente, pelos munícipes e/ou por agentes coletores/transportadores, contratados pelos mesmos, devendo ser utilizados para triagem, coleta diferenciada e remoção para disposição adequada, atendendo às especificações da norma ABNT NBR 15112/2004.
- XXXII. reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;
- XXXIII. rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.





- XXXIV. resíduos da construção civil: provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassas, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fios e cabos elétricos, comumente denominados de entulho de obras, obrigatoriamente classificados como classe A, B, C ou D, nos termos da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002;
- XXXV. resíduos secos domiciliares recicláveis: resíduos provenientes de residências ou de atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituído principalmente por embalagens, e que podem ser submetidos a processo de reaproveitamento;
- XXXVI. resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;
- XXXVII. resíduos volumosos: resíduos constituídos por material não removido pela coleta pública municipal tais como: móveis e equipamentos domésticos, grandes embalagens e peças de madeira além de resíduos vegetais provenientes da atividade de poda corretiva e de manutenção de arborização pública e/ou áreas verdes públicas ou privadas, não caracterizados como resíduos industriais;
- XXXVIII. receptores de resíduos da construção civil e de resíduos volumosos: pessoas jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja o manejo adequado de resíduos da construção civil e resíduos volumosos em pontos de entrega, áreas de transbordo e triagem, áreas





de reciclagem e aterros de resíduos da construção civil e resíduos inertes, entre outras;

- XXXIX. reservação de resíduos: processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização e/ou reciclagem futura;
- XL. responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;
- XLI. reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;
- XLII. serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007. ;
- XLIII. transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos: pessoas físicas e/ou jurídicas encarregadas da coleta e do transporte privado de resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;
- XLIV. resíduos de serviços de saúde: são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços definidos no art. 1º da Resolução CONAMA 358/2005 que, por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final;
- XLV. plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - PGRSS: documento integrante do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração e da minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, no âmbito dos



serviços mencionados no art. 1º da Resolução CONAMA 358/2005, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente;

XLVI. sistema de tratamento de resíduos de serviços de saúde: conjunto de unidades, processos e procedimentos que alteram as características físicas, físico-químicas, químicas ou biológicas dos resíduos, podendo promover a sua descaracterização, visando a minimização do risco à saúde pública, a preservação da qualidade do meio ambiente, a segurança e a saúde do trabalhador;

XLVII. disposição final de resíduos de serviços de saúde: é a prática de dispor os resíduos sólidos no solo previamente preparado para recebê-los, de acordo com critérios técnico-construtivos e operacionais adequados, em consonância com as exigências dos órgãos ambientais competentes;

## **TÍTULO II**

### **DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º.

A Política Municipal de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados e Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Parágrafo único. Fica o poder executivo autorizado a criar o Cadastro Municipal de Operadores de Resíduos Perigosos – na condição de instrumento da política municipal de resíduos sólidos – observadas as disposições contidas na lei complementar municipal n. 055, de 19 de dezembro de 2002, que instituiu a política municipal de meio ambiente.



Art. 5º.

A Política Municipal de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS JURIDICOS E OBJETIVOS

Art. 6º.

São princípios da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- I. a prevenção e a precaução;
- II. o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III. a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV. o desenvolvimento sustentável;
- V. a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- VI. a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- VII. o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- VIII. o respeito às diversidades locais;
- IX. o direito da sociedade à informação e ao controle social;
- X. a razoabilidade e a proporcionalidade;
- XI. o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988;



Art. 7º.

São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- I. proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II. não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III. estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV. adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V. redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI. incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII. gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII. articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX. capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X. regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XI. prioridade, nas aquisições e contratações governamentais municipais, para:
  - a) produtos reciclados e recicláveis;
  - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;



- XII. integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII. estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;
- XIV. incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

### CAPÍTULO III

#### DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º.

São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros:

- I. os planos de resíduos sólidos, incluído o plano municipal integrado de gerenciamento de resíduos sólidos da construção civil elaborado, na forma exigida pela resolução CONAMA 307/2002;
- II. inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;
- III. a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV. o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V. o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;
- VI. a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- VII. a pesquisa científica e tecnológica;



- VIII. a educação ambiental;
- IX. os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X. o Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- XI. os conselhos municipais de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;
- XII. os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XIII. o Cadastro Técnico Municipal de Atividades Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- XIV. o Cadastro Municipal de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XV. os acordos setoriais;
- XVI. no que couber, os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, entre eles:
  - a) os padrões de qualidade ambiental;
  - b) a avaliação de impactos ambientais;
  - c) o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
- XVII. os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;
- XVIII. o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação previstas em lei, com outros entes federados e a iniciativa privada, incluída a parceria público privada, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

### **TÍTULO III**

## **DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

### **CAPÍTULO I**

## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**



Art. 9º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental, e que esta atividade atenda a regulamentação específica contida em ato conjunto dos Ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia e das Cidades, conforme previsto no *caput* do artigo 37 do Decreto Federal 7404, de 23 de dezembro de 2010, e com a implantação obrigatória de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental competente;

§ 2º A Política Municipal de Resíduos Sólidos serão compatíveis com o disposto no *caput* e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Município a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados no seu território, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

## CAPÍTULO II

### CLASSIFICAÇÃO

Art. 11. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

#### I. quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;





- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

## II. quanto à periculosidade:

- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
- b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.



Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 14, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares por ato do poder público municipal, desde que possuam laudo de classificação conforme exigido na norma ABNT NBR 10004/2004.

## **TÍTULO IV**

### **DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 12.

São planos de resíduos sólidos:

- I. os planos intermunicipais de resíduos sólidos;
- II. os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;
- III. os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO**

##### **INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Art. 13.

O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá o seguinte conteúdo mínimo:

- I. diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;



- II. identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;
- III. identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;
- IV. identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 14 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 47, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- V. procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- VI. indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- VII. regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 14, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;
- VIII. definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 14 a cargo do poder público;
- IX. programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;



- X. programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
- XI. programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;
- XII. mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
- XIII. sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, 5 de janeiro de 2007;
- XIV. metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- XV. descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 47, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XVI. meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 14 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 47;
- XVII. ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;
- XVIII. identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;
- XIX. periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº



11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do *caput*.

§ 2º. A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 3º. Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do *caput* deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 14 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 4º. Além do disposto nos incisos I a XIX do *caput* deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos.

## SEÇÃO I

### DOS PROJETOS DE GERENCIAMENTO

#### DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 14. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

- I. os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;
- II. os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:
  - a) gerem resíduos perigosos;
  - b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;



- III. as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;
- IV. os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;
- V. os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 15.

O projeto de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

- I. descrição do empreendimento ou atividade;
- II. diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- III. observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:
  - a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
  - b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;
- IV. identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
- V. ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- VI. metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e,



observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

- VII. se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 44;
- VIII. medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- IX. periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º Serão estabelecidos no decreto regulamentador desta lei:

- I. normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- II. critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 16. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 17. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a





operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

Parágrafo único: Para a consecução do disposto no *caput*, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

Art. 18.

O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

## SEÇÃO II

### DO PLANO INTEGRADO E DO SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS

Art. 19.

Fica instituído o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil cujo objetivo é a correta disposição, o disciplinamento dos fluxos e dos agentes envolvidos e a destinação adequada dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos gerados no município.

§ 1º O Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil incorpora:

- I. o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, no caso de pequenos geradores;
- II. os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, no caso dos geradores, não previstos no inciso I;



III. as leis complementares municipais nº 72, de 30 de dezembro de 2003, referente ao Plano Diretor do Município e nº 122, de 21 de janeiro de 2008 referente ao Uso e Ocupação do Solo Urbano, ou legislação que vier a sucedê-las.

§ 2º O Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil é incorporado no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, que é constituído por um conjunto de áreas físicas e ações, descritas a seguir:

- I. uma rede de pontos de entrega para pequenos volumes de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, implantada em bacias de captação de resíduos;
- II. serviço disque coleta para pequenos volumes;
- III. uma rede de áreas para recepção de grandes volumes (áreas de transbordo e triagem, áreas de reciclagem e aterros de resíduos da construção civil);
- IV. ações de educação ambiental do munícipes, dos transportadores de resíduos e das instituições sócias, definidas em programas específicos;
- V. ações para controle e fiscalização do conjunto de agentes envolvidos, definidas em programa específico;
- VI. ação de gestão integrada a ser desenvolvida pelo Núcleo Permanente de Gestão, a ser instituído por ato de competência exclusiva do poder executivo municipal.

Art. 20.

Os resíduos da construção civil e os resíduos volumosos gerados no município, nos termos do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, devem ser destinados às áreas indicadas nos incisos I e III do § 2º do art. 19 desta Lei, visando a triagem, reutilização, reciclagem, reservação segregada ou disposição final ambientalmente adequada, conforme a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 ou legislação específica que vier sucedê-la.



§ 1º os resíduos da construção civil, apresentados na forma de agregados reciclados e/ou na condição de solos não contaminados, poderão ser utilizados na execução de drenos para obras hidráulicas e de saneamento, no revestimento do fundo e dos taludes de canais escavados no solo, no preparo de concreto sem função estrutural, no revestimento primário de estradas de terra vicinais, ou em aterros sanitários na execução de serviços internos aos mesmos, tais como: vias internas, cobertura de células, e outras aplicações, desde que tais serviços atendam as exigências contidas nas normas da ABNT pertinentes.

§ 2º O poder público municipal regulamentará a utilização dos agregados reciclados em obras públicas, observadas as exigências contidas nas normas do CONAMA e da ABNT.

Art. 21.

A gestão dos resíduos em pequenos volumes deve ser feita por intermédio do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil que tem como diretrizes técnicas:

- I. a melhoria da limpeza urbana;
- II. o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, por meio de pontos de captação permanentes;
- III. fomentar a redução, a reutilização, a reciclagem e a correta disposição final destes resíduos.

Art. 22.

Para implementação do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ficam criados os pontos de entrega para pequenos volumes, sendo definidas:

- I. sua constituição em rede;
- II. sua qualificação como serviço público de coleta;
- III. sua implantação em locais degradados por ações de disposição irregular de resíduos, sempre que possível.

§ 1º Para a instalação dos pontos de entrega para pequenos volumes devem ser destinadas, pelo poder público municipal, áreas livres reservadas ao uso público, preferencialmente as já degradadas, com o



objetivo de sua recuperação nos aspectos paisagísticos e ambientais.

§ 2º O número e a localização dos pontos de entrega para pequenos volumes deve ser definido por ato do Núcleo Permanente de Gestão, para obtenção de soluções eficazes de captação e destinação, observados os termos contidos na Lei Complementar Municipal nº 72, de 30 de dezembro de 2003 e na Lei Complementar Municipal 122, de 21 de janeiro de 2008, ou legislação que vier a sucedê-las.

§ 3º É permitida a utilização de áreas verdes, públicas ou privadas, que não tenham sofrido a degradação referida no § 1º, para a instalação dos pontos de entrega para pequenos volumes, desde que, o uso das mesmas esteja harmônico com as condições impostas pela Lei Complementar Municipal nº 72, de 30 de dezembro de 2003 e pela Lei Complementar Municipal 122, de 21 de janeiro de 2008, ou legislação que vier a sucedê-las.

§ 4º Os pontos de entrega para pequenos volumes:

- I. devem receber dos municípios e de pequenas transportadoras cadastradas, descargas de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, limitadas ao volume de 3 (três) metros cúbicos por descarga, para triagem obrigatória, transbordo e destinação adequada dos diversos componentes;
- II. podem, sem comprometimento de suas funções originais, ser utilizados de forma compartilhada por grupos locais de coleta seletiva de resíduos secos domiciliares recicláveis.

Art. 23.

É vedado aos pontos de entrega para pequenos volumes receber a descarga de resíduos domiciliares não-inertes orgânicos, resíduos industriais perigosos, resíduos dos serviços de saúde, resíduos de serviços de saneamento – tais como lodo de estações de tratamento de água e esgoto – resíduos de mineração, resíduos agrosilvopastoris e resíduos de terminais de transporte, quaisquer que sejam eles.

Parágrafo único. É vedado aos pontos de entrega para pequenos volumes receber a descarga de resíduos da construção constituídos por elementos de amianto crisotila e /ou asbesto, classificados



como resíduos perigosos (Classe D) nos termos do inciso IV do artigo 3º da Resolução CONAMA nº 348, de 16 de Agosto de 2004.

Art. 24.

As ações de educação ambiental e de controle e fiscalização, necessárias ao funcionamento da rede de pontos de entrega para pequenos volumes, fazem parte do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Parágrafo único. Caberá ao Núcleo Permanente de Gestão, a coordenação das ações previstas no *caput* deste artigo, em conformidade com as diretrizes das secretarias envolvidas.

## **TÍTULO V**

### **DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES**

#### **E DO PODER PÚBLICO**

##### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 25.

O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Municipal de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26.

O titular do serviço público municipal de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desse serviço, observado o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

§. 1º. A prestação indireta do serviço público municipal de limpeza urbana poderá ser feita sob regime de concessão e/ou permissão, de acordo com o inciso XVI, do art. 66 da LOM.

§. 2º Fica autorizado o poder público municipal a utilizar o instrumento jurídico da concessão de direito real de uso, após avaliação e prévia autorização legislativa, sobre imóveis públicos



destinados com finalidade específica de utilização em atividade ligada ao gerenciamento de resíduos sólidos, com base no inciso XVI, do art. 66 da LOM e observadas as exigências contidas no Decreto Lei Federal 271, de 28 de fevereiro de 1967, e suas alterações.

Art. 27.

As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 14 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 15.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 14 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 14, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 3º do art. 13.

§ 3º. A remuneração a ser feita ao poder público, mencionada no parágrafo anterior, por parte de pessoas físicas ou jurídicas responsáveis deverá ser objeto de lei municipal específica observados os termos da lei complementar municipal 071, de 29 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Tributário Municipal.

Art. 28.

O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 47 com a devolução.

Art. 29.

Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 1º. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos



decorrentes das ações empreendidas na forma do *caput*.

§ 2º. O ressarcimento a ser feito ao poder público, mencionada no parágrafo anterior, por parte dos responsáveis pelo dano deverá ser objeto de lei municipal específica observados os termos da lei complementar municipal 071, de 29 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Tributário Municipal.

## CAPÍTULO II

### DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES, TRANSPORTADORES E RECEPTORES

- Art. 30. São responsáveis pela gestão dos resíduos:
- I. os geradores de resíduos da construção civil – pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições, escavação de solos e remoção de vegetação;
  - II. os geradores de resíduos volumosos – pelos resíduos desta natureza, originados nos imóveis municipais, de propriedade pública ou privada;
  - III. os transportadores e os receptores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos – no exercício de suas respectivas atividades.
- Art. 31. Os pequenos geradores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos devem destinar os resíduos, limitados ao volume de 3 (três) metros cúbicos por descarga, à rede de pontos de entrega para pequenos volumes.
- Art. 32. Os grandes geradores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos devem destinar os resíduos, com volume superior a 3 (três) metros cúbicos por descarga, à rede de áreas para recepção de grandes volumes, onde devem ser objeto de triagem e destinação final adequada.
- Art. 33. Os geradores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos podem transportar seus próprios resíduos e/ou serem usuários dos serviços de transporte, desde que estes últimos estejam,





obrigatoriamente, licenciados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único: Na atividade de transporte dos seus próprios resíduos, os geradores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos estão sujeitos as mesmas exigências aplicáveis às transportadoras;

Art. 34.

Os geradores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos só podem utilizar caçambas metálicas estacionárias e outros equipamentos de coleta destinados a resíduos da construção civil e resíduos volumosos para a disposição exclusiva destes resíduos.

Parágrafo único: Os geradores citados no *caput* deste artigo:

- I. não podem utilizar chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas serem utilizadas apenas até o seu nível superior original.

Art. 35.

Os transportadores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, reconhecidos como ação privada de coleta regulamentada, devem ser cadastrados pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR), conforme regulamentação específica.

§ 1º Os equipamentos utilizados para a coleta de resíduos da construção civil e resíduos volumosos não podem ser utilizados para o transporte de quaisquer outros tipos de resíduos;

§ 2º É vedado aos transportadores fazer o deslocamento de resíduos sem o respectivo documento de controle de transporte de resíduos, qualquer que seja o equipamento utilizada;

Art. 36.

Os transportadores de resíduos da construção civil ficam obrigados:

- I. a estacionar as caçambas na via pública de acordo com regulamentação específica;
- II. a utilizar dispositivos de cobertura de carga, qualquer que seja o equipamento de coleta, durante o transporte dos resíduos;



- III. a fornecer aos geradores atendidos, comprovante identificando a destinação dada aos resíduos coletados;
- IV. a fornecer aos usuários de seus equipamentos, documento simplificado de orientação contendo: instruções sobre o posicionamento da caçamba e máxima capacidade volumétrica da mesma, tipo de resíduo admitido, prazo de utilização e penalidades previstas na lei, pelo uso incorreto dos equipamentos.

Art. 37.

Os receptores de resíduos da construção civil e resíduos volumosos devem promover o recebimento e manejo dos resíduos em grandes volumes, sem restrição de volume, nas áreas para recepção de grandes volumes de resíduos, públicas ou privadas, obrigatoriamente, possuidoras de licença ambiental expedida pelo órgão competente.

§ 1º Fazem parte da rede de áreas para recepção de grandes volumes:

- I. áreas de transbordo e triagem (ATT);
- II. áreas de reciclagem;
- III. aterros de resíduos da construção civil.

§ 2º Podem compor a rede de áreas para recepção de grandes volumes áreas públicas destinadas a receber, sem restrição de volume, resíduos oriundos de ações públicas de limpeza urbana, ressalvadas as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 72, de 30 de dezembro de 2003 e na Lei Complementar Municipal 122, de 21 de janeiro de 2008.

§ 3º Os resíduos recebidos pelos operadores citados no parágrafo 1º e 2º deste Artigo, devem ser integralmente triados e receber destinação final conforme legislação federal específica, com particular observância das Resoluções CONAMA vigentes, priorizando-se sua reutilização ou reciclagem.

§ 4º. Não são admitidas nas áreas citadas no parágrafo 1º e 2º deste artigo, a recepção, o tratamento e/ou a disposição final de:



- I. resíduos sólidos domiciliares urbanos, resíduos sólidos industriais perigosos classe I, resíduos de serviços de saneamento, resíduos de mineração, resíduos agrosilvopastoris, resíduos de terminais de transporte ou resíduos dos serviços de saúde;
- II. resíduos deslocados por transportadores que não tenham sua atuação licenciada pelo poder público.

Art. 38. O Núcleo Permanente de Gestão, previsto no inciso VI do § 2º do art. 19, deve definir a quantidade e localização das áreas públicas ou privadas que compõem a rede de áreas para recepção de grandes volumes, observadas as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 72, de 30 de dezembro de 2003 e na Lei Complementar Municipal 122, de 21 de janeiro de 2008, ou legislação que vier a sucedê-las.

Art. 39. O Poder Público Municipal por meio da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP), deve criar procedimento de registro específico simplificado para que proprietários de áreas que necessitem de regularização topográfica possam utilizar resíduos de natureza mineral, oriundos de serviços de terraplenagem, identificados como classe A, de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002, para a execução de aterros de pequeno porte, obedecidas as normas técnicas brasileiras vigentes.

Art. 40. Os aterros de pequeno porte não devem receber resíduos provenientes de outros municípios, excetuando-se o caso em que os responsáveis pelo aterro sejam comprovadamente, os geradores dos resíduos dispostos.

Parágrafo único: Toda e qualquer movimentação de terra que provoque a alteração do relevo local, por meio de corte ou aterro acima de 1 (um) metro de desnível, será realizada após análise e autorização autônoma e prévia do órgão municipal competente.

#### SEÇÃO IV

##### DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art. 41. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os



fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

- I. compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;
- II. promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;
- III. reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;
- IV. incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;
- V. estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;
- VI. propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;
- VII. incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 42.

Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

- I. investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:
  - a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;



- b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;
- II. divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;
- III. recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 44;
- IV. compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 43.

As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

- I. restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;
- II. projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;
- III. recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no *caput*.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

- I. manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;
- II. coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.



Art. 44.

São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- I. agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II. pilhas e baterias;
- III. pneus;
- IV. óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V. lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI. produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o §



1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

- I. implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;
- II. disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;
- III. atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.





§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 45. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do *caput* do art. 42 e no § 1º do art. 44 terão abrangência municipal.

Art. 46. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 44, os consumidores são obrigados a:

- I. acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;
- II. disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no *caput*, na forma de lei municipal.

Art. 47. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

- I. adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- II. estabelecer sistema de coleta seletiva;
- III. articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
- IV. realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 44, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;



- V. implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;
- VI. dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º será feita, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

§ 3º. A remuneração a ser feita ao poder público, mencionada no inciso IV do *caput*, deverá ser objeto de lei municipal específica observados os termos da lei complementar municipal 071, de 29 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Tributário Municipal.

## **TÍTULO VI**

### **DOS RESÍDUOS PERIGOSOS**

Art. 48. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 49. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Municipal de Operadores de Resíduos Perigosos.

Parágrafo único: Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no caput necessitam contar com



responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

Art. 50.

As pessoas jurídicas referidas no art. 49 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 15 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 14.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 49:

- I. manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;
- II. informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;
- III. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
- IV. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no *caput* serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.



Art. 51. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no *caput* considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 52. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Municipal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

§ 1º. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Municipal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

§ 2º. Os instrumentos e estruturas criados no âmbito do poder executivo municipal para promover a descontaminação de áreas órfãs mencionadas no *caput*, deverão ser objeto de lei municipal específica observados os termos da LOM.

§ 3º. O ressarcimento a ser feito ao poder público, mencionado no *caput*, no caso da utilização de recursos do governo municipal deverá ser objeto de lei específica no âmbito do município, observados os termos da lei complementar municipal 071, de 29 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Tributário Municipal.

## **TÍTULO VII**

### **DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**

Art. 53. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I. prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;



- II. desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- III. implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- IV. desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal;
- V. estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- VI. descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII. desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
- VIII. desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 54.

O Município, no âmbito de sua competência, poderá instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

- I. indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;
- II. projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- III. empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 55.

O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo



plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

## **TÍTULO VIII**

### **DAS INFRAÇÕES NO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 56. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I. lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- II. lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV. outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Os Resíduos da Construção Civil e os Resíduos Volumosos não podem ser dispostos em:

- I. áreas de “bota fora”;
  - II. encostas;
  - III. corpos d’águas;
  - IV. lotes vagos;
  - V. passeios, vias e outras áreas públicas;
  - VI. áreas não licenciadas;
  - VII. áreas protegidas por Lei;
- § 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.



§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do *caput*.

Art. 57. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I. utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II. catação;
- III. criação de animais domésticos;
- IV. fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V. outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 58. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.

## CAPÍTULO II

### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 59. Constitui infração administrativa ambiental o previsto no inciso XXVI do artigo 3º desta lei e, em especial as condutas mencionadas abaixo:

- I. causar poluição no ar por lançamento de resíduos gasosos, materiais particulados ou substâncias tóxicas oriundos da incineração de resíduos sólidos, em níveis superiores aos níveis máximos permitidos pela legislação ambiental;
- II. causar dano direto ou indireto, pelo exercício de atividades de gerenciamento de resíduos sólidos, às Unidades de Conservação Ambiental de qualquer tipo, Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e/ou áreas protegidas por lei;



Parágrafo Único. As infrações ambientais cometidas no gerenciamento de resíduos sólidos serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta lei.

- Art. 60. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento e na Lei Complementar Municipal n. 055, de 19 de dezembro de 2002.
- Art. 61. Aplicam-se a esta lei os termos dispostos no art. 53 da lei federal 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Art. 62. Aplicam-se subsidiariamente a esta lei as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.
- Art. 63. A observância do disposto no caput do art. 17 e no § 2º do art. 50 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.
- Art. 64. A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir qualquer dispositivo desta Lei de seus regulamentos e demais normas decorrentes, bem como de qualquer outro diploma legal atinente à proteção ambiental, fica sujeita às seguintes penalidades, independentemente da obrigação de reparar os danos causados ou de outras sanções civis ou penais:
- I. advertência escrita – será aplicada ao infrator primário nos casos em que o dano seja de menor potencial ofensivo ao meio ambiente, devendo ser lavrada notificação para que o mesmo faça cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções pertinentes;
  - II. multa simples de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – será aplicada pela





autoridade ambiental municipal através do procedimento previsto nesta lei, sempre que o infrator:

- a) não atender no prazo estipulado as exigências constantes da notificação de advertência;
  - b) incidir nas infrações previstas nesta lei;
- III. suspensão total ou parcial de suas atividades, até a correção das irregularidades;
- IV. perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;
- V. apreensão de equipamentos, instrumentos, matéria prima, produtos auxiliares e veículos utilizados na infração;
- VI. embargo ou demolição da obra;
- VII. cassação do Alvará e da Licença concedidos, a ser executada pelos órgãos do Executivo;

§ 1º Responderá pela infração quem, comprovadamente, por qualquer modo a cometer ou concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão regulamentadas através de Decreto e deverão ser aplicadas levando-se em consideração a natureza e a gravidade da infração, bem como as conseqüências para a coletividade.

§ 4º As penalidades serão aplicadas, sem prejuízo daquelas que possam ser impostas pelo Estado e pela UNIÃO;

#### Artigo 65.

A pena de multa deverá ser proporcional ao valor do prejuízo ambiental, e terá por base a unidade, o hectare, o metro cúbico, o quilograma ou outra medida pertinente de acordo com o objeto jurídico lesado.



§ 1º. Os valores das multas são os previstos no Anexo Único desta lei;

§ 2º Poderá ser aplicada multa diária, sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de compromisso de reparação de dano junto à autoridade.

§ 3º Nos casos de reincidência as multas poderão ser aplicadas em dobro da anteriormente imposta.

§ 4º Os valores das multas referentes às infrações previstas nos incisos I, II, III, IV do Artigo 131 da Lei Complementar Municipal nº 055, de 19 de dezembro de 2002, deverão ser estabelecidos levando-se em consideração o potencial poluidor da atividade ou empreendimento.

Art. 66.

As infrações a esta Lei, a regulamentos, normas, padrões, e exigências técnicas dela decorrentes, serão classificadas em: leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta:

- I. a intensidade do dano, efetivo ou potencial;
- II. as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III. os antecedentes do infrator;
- IV. a situação econômica do infrator;

§1º Constituem circunstâncias atenuantes:

- I. ter bons antecedentes com relação às disposições legais relativas à defesa do meio ambiente;
- II. ter procurado, de modo efetivo e comprovado, evitar ou atenuar as consequências danosas do fato, ato ou omissão;
- III. comunicar, imediatamente, a autoridade, a ocorrência do fato, ato ou omissão que coloque ou possa colocar em risco o meio ambiente;
- IV. ser o infrator primário e a falta cometida pouco significativa para o equilíbrio ambiental;
- V. possuir baixo grau de instrução ou escolaridade;



VI. colaborar com os agentes da fiscalização e da guarda ambiental;

§ 2º Constituem circunstâncias agravantes:

- I. ter cometido, anteriormente, infração à legislação ambiental;
- II. deixar de comunicar, de imediato, a autoridade, a ocorrência de fato, ato, ou omissão que coloque ou possa colocar o meio ambiente e a saúde pública em risco;
- III. dificultar o atendimento da fiscalização ambiental ou dos agentes credenciados da autoridade por ocasião da inspeção à fonte de poluição ou à área de degradação ambiental;
- IV. deixar de atender de forma reiterada as exigências da autoridade;
- V. cometer a infração para obter vantagem pecuniária ou com o emprego de coação, fraude, abuso de confiança, ou abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;
- VI. coagir outrem para a execução material da infração;
- VII. gerar a infração efeitos sobre a propriedade alheia;
- VIII. ter a infração consequências danosas à saúde pública;

### CAPÍTULO III

#### DO PROCESSO

Art. 67. As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observadas todas as exigências contidas na Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e/ou na Lei Complementar Municipal nº 055, de 19 de dezembro de 2002.

Art. 68. Quando aplicada a pena de multa, esgotados os recursos administrativos, o infrator será notificado



para efetuar o pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento da notificação, recolhendo o respectivo valor à conta do FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente

§ 1º A notificação para pagamento da multa será feita mediante registro postal ou por meio de edital publicado na imprensa oficial, se não localizado o infrator.

§ 2º O não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado neste artigo, implicará a sua inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial, na forma da legislação pertinente.

## **TÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

- Art. 69. A inexistência do regulamento previsto no inciso I do § 2º do art. 15 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.
- Art. 70. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.
- Art. 71. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 44 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido no decreto regulamentador desta lei.
- Art. 72. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até 1 (um) ano, através de Decreto, a partir da sua entrada em vigor.
- Art. 73. Apresentação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, previsto no art. 14 e na forma exigida pelo art. 15 desta lei, será obrigatória 1(um) ano após a entrada em vigor desta lei e nos termos fixados no decreto regulamentador.
- Art. 74. O cadastramento dos transportadores de resíduos sólidos será obrigatório 1 (um) ano após a entrada em vigor desta lei.



- Art. 75. O cadastramento dos operadores municipais de resíduos perigosos será obrigatório 1 (um) ano após a entrada em vigor desta lei.
- Art. 76. A responsabilidade compartilhada, na forma prescrita no art. 41 desta lei, será definida através de acordo setorial em até 1 (um) ano após a entrada em vigor desta lei.
- Art. 77. Os termos dispostos nos art. 56, 57 e 58 desta lei, possuem efeitos “*ex nunc*”, isto é, a partir da data de publicação da mesma.
- Art. 78. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados-MS, 21 de novembro de 2011.

**Murilo Zauith**  
Prefeito

**Orlando Rodrigues Zani**  
Procurador Geral do Município





## Anexo Único da Lei nº 3.494 de 21 de novembro de 2011.

Ref	Artigo	Natureza da infração	valor da multa
I	Art. 14, I a V	ausência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos	R\$5.000,00
II	Art. 18, <i>caput</i>	plano de gerenciamento fora do licenciamento	R\$10.000,00
III	Art.18, § 1º	ausência de aprovação para plano de gerenciamento de resíduos sólidos	R\$5.000,00
IV	Art. 20, <i>caput</i>	destinação incorreta de RCD	R\$4.000,00
VIII	Art. 34, <i>caput</i>	equipamento inadequado para RCD	R\$1.000,00
IX	Art.34, § 1º, I	desrespeito do limite de volume de caçamba estacionária por parte dos geradores	R\$1.000,00
X	Art. 35, § 1º	transporte de resíduos proibidos	R\$5.000,00
XI	Art. 36, II	ausência de dispositivo de cobertura de carga	R\$1.000,00
XII	Art. 36, III e IV	não fornecer comprovação da correta destinação e documento com orientação dos usuários	R\$1.000,00
XIII	Art. 37, § 4º, I	recepção de resíduos não autorizados	R\$5.000,00
XIV	Art. 40, <i>caput</i>	recepção de resíduos provenientes de outros municípios	R\$3.000,00
XV	Art. 40, § 1º	realização de movimento de terra sem alvará	R\$1.000,00
XVI	Art. 42, III	ausência de destinação final na logística reversa	R\$5.000,00
XVII	Art. 44, § 3º, II	ausência de postos de entrega para logística reversa	R\$5.000,00
XVIII	Art. 49, <i>caput</i>	ausência de registro no cadastro municipal de operadores de resíduos perigosos	R\$5.000,00
XIX	Art. 50, <i>caput</i>	ausência de plano de gerenciamento de resíduos perigosos	R\$5.000,00
XX	Art. 50, § 2º, I	ausência de registro atualizado de procedimentos	R\$5.000,00
XXI	Art. 50, § 3º	obstáculo para acesso de inspeção de instalações	R\$5.000,00
XXII	Art. 51, <i>caput</i>	ausência de seguro de responsabilidade civil	R\$5.000,00
XXIII	Art. 56, I a IV	destinação ou disposição final proibida de resíduos sólidos	R\$10.000,00
XXIV	Art. 56, § 1º, I a VII	disposição final proibida de RCD	R\$10.000,00
XXV	Art. 57, I a V	atividades proibidas em áreas de diposição final	R\$5.000,00
XXVI	Art. 58, <i>caput</i>	importação proibida de resíduos sólidos perigosos	R\$10.000,00
XXVII	Art. 59, I	poluição do ar, pela incineração de resíduos sólidos, em níveis superiores aos níveis máximos permitidos	R\$5.000,00
XXXVIII	Art. 59, II	dano a unidades de conservação ou áreas protegidas	R\$10.000,00

[O responsável pela elaboração do projeto de lei deverá definir a base de cálculo e a forma de atualização dos valores para as multas a serem aplicadas.]

Nota 1: a tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações ao Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal 9503 de 23 de setembro de 1997), em especial em relação aos seus artigos 245 e 246.

Nota 2: a tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações à Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9605 de 12 de Fevereiro de 1998).

Nota 3: a tabela não inclui as multas e penalidades decorrentes de infrações à Lei Complementar Municipal nº 055, de 19 de dezembro de 2002.